

O DESAFIO DO GÁS NATURAL – O PROBLEMA DA SEGURANÇA DO ABASTECIMENTO

Autor: Tathiany Rodrigues Moreira

Resumo Curricular: Especialista em Regulação de Petróleo, seus Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Formada em Ciências Econômicas pela UERJ. Mestre em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ. Doutoranda em Planejamento Energético pela COPPE/UFRJ.

Endereço: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Av. Rio Branco 65/17º andar (SCM) – Cep 20090-004 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone/Fax: (21) 2112-8626 / (21) 2112-8618

E-mail: tmoreira@anp.gov.br

Autor: Luciano de Gusmão Veloso

Resumo Curricular: Especialista em Regulação de Petróleo, seus Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), formado em Ciências Econômicas pelo IE/UFRJ, pós-graduado em Análise de Conjuntura Econômica pela UFRJ e Mestre em Finanças e Economia Empresarial pelo IBMEC.

Endereço: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Av. Rio Branco 65/17º andar (SCM) – Cep 20090-004 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone/Fax: (21) 2112-8617 / (21) 2112-8618

E-mail: lveloso@anp.gov.br

Autor: André Regra

Resumo Curricular: Especialista em Regulação de Petróleo, seus Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), formado em Ciências Econômicas pelo IE/UNICAMP. Mestre em Economia pelo IE/UFRJ.

Endereço: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Av. Rio Branco 65/17º andar (SCM) – Cep 20090-004 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone/Fax: (21) 2112-8632 / (21) 2112-8618

E-mail: aregra@anp.gov.br

O DESAFIO DO GÁS NATURAL – O PROBLEMA DA SEGURANÇA DO ABASTECIMENTO

Introdução

As perspectivas de desenvolvimento da indústria de gás natural no Brasil têm acirrado o debate sobre a capacidade de oferta nacional e importada para o atendimento à crescente demanda interna e os meios de garantir o abastecimento deste energético, de modo que o mesmo não se constitua em um gargalo à geração de energia elétrica e à diversificação da matriz energética.

A restrição energética enfrentada pelo Brasil em 2001, quando dos ‘apagões’ de energia elétrica, e a preocupação de se evitar um novo período de racionamento, como alardeado pelos analistas do mercado na hipótese de se cumprir a agenda de crescimento econômico do governo – próxima de 5% a.a., torna o problema da segurança do abastecimento absolutamente central para a definição da política energética do setor gasífero.

Em que pese o fato de correntes no governo defenderem como bastante improvável o risco de racionamento, os agentes econômicos vêm com cautela essa questão e demonstram, considerando o despacho máximo das centrais térmicas, que a situação de risco de falta de gás atinge patamares acima de 10%, bastante superior ao critério de 5% utilizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico Integrado – ONS. Vale dizer, porém, que esse risco praticamente desaparece enquanto a economia não cresce acima de 3% a.a..

O aumento na utilização do gás natural para a geração elétrica tem sido um grande indutor da demanda, juntamente com o setor de refino e processamento e o setor industrial. As estatísticas do período 2000 a 2006 revelam uma evolução na demanda de 16,2% a.a. (BP, 2006), impulsionada pela política de massificação do consumo implementada pela Petrobrás. Não obstante o ambiente de incertezas, o plano de negócios dessa empresa para os próximos 5 anos prevê um crescimento do mercado de gás da ordem de 17,7% a.a. até 2011 (PETROBRAS, 2006).

Já do lado da oferta, a produção nacional líquida apresentou um aumento de 7,4% a.a. nos anos 2000-2006 e a entrada em operação do Gasoduto Bolívia-Brasil – GASBOL em 1999 tornou possível o início das importações, cujo crescimento foi de 28,2% a.a. no mesmo período (ANP, 2006). Todavia, a infra-estrutura de transporte

ainda é incipiente e encontra, muitas vezes, dificuldade de se viabilizar economicamente, o que prejudica o adequado escoamento do gás.

Nesse sentido, há que se destacar, outrossim, os impactos em termos de oferta de gás e de estabilidade e clareza das regras, que o cancelamento da 8ª rodada de licitações de blocos exploratórios promovida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP pode gerar, à medida que não apenas retarda o aumento da produção nacional de gás, mas também produz um ambiente de insegurança jurídica, aumenta a percepção de risco e afasta os investimentos em infraestrutura.

Soma-se a isso, o retorno às políticas nacionalistas nos países sul-americanos, gerando perda de atuação dos órgãos reguladores e instabilidade político-institucional na região, em especial na Bolívia, principal fornecedor de gás natural para o Brasil. O episódio de expropriação das refinarias pertencentes a empresas internacionais na Bolívia, colocou em dúvida a segurança do abastecimento para os próximos anos.

Em decorrência desse contexto de incerteza e de demanda crescente encontra-se em desenvolvimento, pela Petrobrás, o Plano de Antecipação da Produção de Gás – PLANGÁS, a fim de evitar a descontinuidade do suprimento de gás natural no Brasil. Assim é que, a diversificação das fontes de suprimento configura-se hoje como um dos objetivos do movimento rumo à maior integração energética no Cone Sul, visando reduzir a vulnerabilidade energética e estimular o crescimento da indústria de gás regional.

Este artigo objetiva, portanto, discutir e avaliar a conjuntura da indústria de gás natural no Brasil, tendo em vista as perspectivas de desenvolvimento do mercado e a crescente importância que a garantia do abastecimento vêm assumindo para as decisões de investimento. Desse modo, buscou-se reunir dados sobre a evolução e o estágio atual da referida indústria, assim como os prognósticos dos analistas frente às análises de cenários para os próximos anos.

Dividido em seções, este trabalho apresenta, em primeiro lugar, uma análise da conjuntura atual da indústria de gás natural no Brasil, avaliando sua evolução entre os anos 2000 e 2006. A segunda seção aborda o problema da segurança do abastecimento e os tipos de riscos envolvidos. Em seguida, é realizada uma breve reflexão sobre a instabilidade política-econômica nos países sul-americanos. A quarta seção, por sua vez, ocupa-se de relatar algumas das ações que estão sendo postas em prática a fim de mitigar os riscos de falhas no suprimento de gás natural. Ao final,

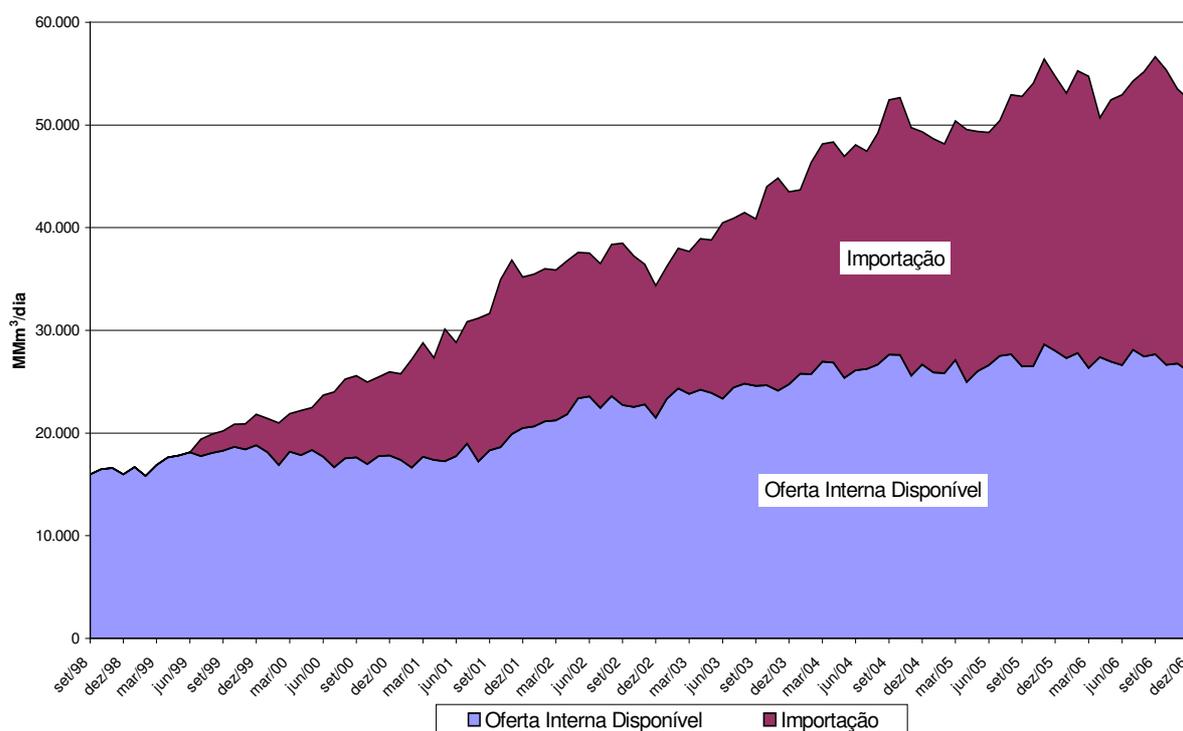
são apresentadas as conclusões extraídas da análise, bem como as referências bibliográficas utilizadas.

I – A Conjuntura Atual da Indústria de Gás Natural no Brasil

A seguir, analisar-se-á a evolução recente da indústria de gás natural brasileira, principalmente, no que diz respeito ao comportamento de oferta e demanda durante o período que sucedeu o início do processo de liberalização do mercado de gás natural, que teve seu marco na edição da Lei nº 9.478/97, a denominada Lei do Petróleo. Essa regulamentação, em seus artigos específicos sobre a indústria de gás natural, preconizou um novo modelo de organização industrial para este energético, contemplando, por exemplo, a introdução de competição na cadeia de suprimentos.

O Gráfico 1 representado abaixo apresenta a oferta total disponível de GN, em termos mensais, entre setembro de 1998 e dezembro de 2006. Pode-se observar um considerável incremento na disponibilidade de gás a partir da entrada em operação do GASBOL, em julho de 1999.

Gráfico 1 – Oferta Total Disponível de Gás Natural no Brasil Set/98 – Dez/06



Fonte: ANP.

Entre 2000 e 2006, houve um crescimento da oferta total disponível de 14,7% a.a., sendo 7,4% a.a. devido ao aumento da produção nacional líquida e 28,2% a.a. em

razão do acréscimo de volume importado, principalmente da Bolívia, mas também da Argentina, ambos a taxas anualizadas¹.

Todavia, em razão da insuficiência de investimentos em ampliação de capacidade de transporte e sua operação próxima ao limite de capacidade das instalações existentes, mostra-se pouco provável que no curto prazo seja factível a manutenção das taxas históricas observadas, que, em grande parte, deve-se à uma base inicial de comparação muito baixa.

Desse modo, prognósticos conservadores quanto ao crescimento da oferta de gás natural para os próximos anos utilizam taxas em torno daquelas verificadas entre 2005 e 2006, ou seja, de cerca de 4,9% a.a., sendo 1,2% a.a. para a produção nacional líquida e 8,8% a.a. para o volume importado.

Já do lado da demanda, a Tabela 1 a seguir revela o volume de vendas médias mensais de gás das distribuidoras entre 2000 e 2006 por segmento de consumo: industrial, automotivo (GNV), residencial, comercial e geração térmica², evidenciando aqueles que mais impactaram o aumento da participação de gás natural na matriz energética brasileira. De acordo com os dados mais recentes do Balanço Energético Nacional 2006, referente ao ano de 2005, publicado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, o gás natural representa hoje 9,4% da oferta interna de energia, contra a participação de 5,4% em 2000 (EPE, 2006).

Tabela 1 - Vendas Médias Mensais de Gás das Distribuidoras por Segmento (mil m³/dia)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2005/2006 (% a.a.)	2000/2006 (% a.a.)
Industrial	12.917	14.829	16.580	18.460	20.257	22.847	24.266	6,21	11,1
Automotivo	993	1.752	2.689	3.646	4.322	5.296	6.309	19,13	36,1
Residencial	496	462	492	539	593	607	650	7,08	4,6
Comercial	288	304	362	407	448	707	556	(21,36)	11,6
Geração	2.156	5.271	6.957	6.100	10.323	11.350	9.670	(14,80)	28,4
<i>Total</i>	<i>16.849</i>	<i>22.619</i>	<i>27.079</i>	<i>29.152</i>	<i>35.942</i>	<i>40.806</i>	<i>41.451</i>	<i>1,58</i>	<i>16,2</i>

Fonte: Revista Brasil&Energia.

Como demonstrado pela tabela, os segmentos industrial, automotivo e de geração térmica são os principais consumidores de gás natural no Brasil, com taxas

¹ A opção pelo período compreendido entre os anos de 2000 e 2006 para análise das taxas de crescimento anuais se deve ao fato de o GASBOL ter entrado em operação apenas em meados do segundo semestre de 1999.

² A diferença entre os valores das vendas pelas distribuidoras e os dados de oferta total disponível são decorrentes, principalmente, do consumo das refinarias e das fábricas de fertilizantes nitrogenados (FAPENS) pertencentes à PETROBRAS.

anuais de crescimento superiores a 11% a.a. para o consumo industrial, e chegando até 36,1% a.a. para o uso automotivo. No total dos segmentos, o consumo apresenta um crescimento de 16,2% a.a..

Do ponto de vista dos consumidores industriais e automotivos, a razão para esse acréscimo de demanda reside em uma política de preços deliberada de incentivo ao uso de gás natural, em que o preço mais baixo do gás frente aos seus concorrentes diretos (óleo combustível, gás liquefeito de petróleo – GLP, gasolina e álcool) foi determinado de maneira a tornar viável sua rápida adoção, compensando os custos de conversão. Com isso, objetivou-se esgotar a capacidade considerada ociosa do GASBOL, tendo em vista a existência da cláusula de *take-or-pay*³ de 80% da capacidade total do gasoduto.

A demanda induzida pelo diferencial de preço do gás ao consumidor final industrial e automotivo permanece atualmente aquecida, com taxas de 6,2% a.a. e 19,1% a.a. respectivamente, como revelam as taxas de crescimento das vendas entre 2005 e 2006.

No que concerne à geração térmica, o aumento do volume de gás destinado às usinas termelétricas (UTs), influenciou fortemente o incremento verificado nas taxas de crescimento do período. Tal aumento é explicado pelo racionamento de energia elétrica ocorrido em 2001, episódio em que o Governo Federal propôs o Programa Prioritário de Termelétricidade – PPT com vistas à se promover uma alternativa à geração elétrica via hidreletricidade. Desse modo, imaginava-se que quando o nível dos reservatórios das usinas apresentassem capacidade de geração insuficiente para suprir a demanda, bastaria acionar o despacho das UTs. No entanto, o teste final de disponibilidade das UTs que utilizam gás natural como combustível, realizado em dezembro de 2006, para os sub-mercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste, indicou uma geração em média 42,8% abaixo da programada para o conjunto das usinas em teste, sendo que 85,0% deveu-se à indisponibilidade ou falta de gás (ANP, 2007)⁴.

Assim é que, a demanda de gás natural pelas UTs apresentou entre 2005 e 2006 uma queda de 14,8% a.a., ficando aquém do despacho exigido pelo ONS. Aliado à isso, a queda de 21,4% a.a. do consumo comercial, apesar de sua baixa participação nas vendas totais das distribuidoras, contribuiu para que o crescimento agregado das

³ Esta cláusula estabelece a obrigação do comprador em pagar por uma quantidade mínima de gás contratada – no caso citado, de 80% do volume contratado – independente do volume de gás efetivamente retirado.

⁴ O teste de disponibilidade das UTs compreendeu o período de 00h00 do dia 11/12/2006 às 24h00 do dia 21/12/2006 e foi realizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS em cumprimento à Resolução Autorizativa nº 755, de 30 de novembro de 2006, editada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

vendas de gás natural, para o conjunto das distribuidoras, fosse de apenas 1,6%, bastante inferior à média anual entre os anos de 2000 e 2006.

Impende colocar, por fim, que a demanda de gás natural no Brasil já se encontra no limite de sua expansão, principalmente em virtude dos limites mencionados de capacidade da oferta atual, quais sejam as deficiências na infra-estrutura de serviço de transporte e produção insuficiente.

Dessa forma, tendo em vista o contexto de esgotamento da capacidade de ampliação da oferta no curto-prazo e de incertezas advindas das fontes externas de suprimento, coloca-se em evidência a preocupação com os meios de se garantir um abastecimento contínuo e em volumes adequados para o atendimento à demanda de gás natural no país.

II – O Problema da Segurança do Abastecimento

Segundo Luciani (2004), “segurança do abastecimento pode ser definida como sendo a garantia de que todo o volume de gás, demandado por consumidores não-interruptíveis (firmes ou protegidos), estará disponível a um preço razoável” (LUCIANI, 2004, pg. 2). Tal como definido, esse conceito diz respeito à necessidade de que o gás esteja disponível fisicamente quando requerido, dentro de um limite aceito por todos os agentes envolvidos (produtores, consumidores, carregadores, transportadores, governo e agente regulador) e onde alguns consumidores se comprometem a correr o risco de ter seu suprimento cortado (consumidores interruptíveis), cujos direitos precisam ser definidos em termos contratuais.

A importância da segurança do abastecimento está fortemente associada à visão de bem público ou externalidade. Em mercados liberalizados, existe a tendência de que novos competidores se comportem como “*free-riders*” ao se aproveitarem de medidas de segurança providenciadas pelas firmas incumbentes (em sua maioria, antigas detentoras do monopólio legal na atividade) e que no processo de concorrência podem levar os agentes do mercado a reduzir a segurança de suas operações à medida que sejam priorizados cortes de custos.

Nesse contexto, uma solução privada para o problema de segurança advém da oferta de contratos aos consumidores que contenham garantias variáveis de segurança da oferta, deixando que estes decidam o grau de risco a que desejam se expor e a que custo.

Existem, porém, questões que devem ser tratadas em âmbito governamental, tais como garantias mínimas de segurança para pequenos consumidores comerciais e

residenciais, que possuem menores condições de julgar apropriadamente suas necessidades de segurança. Idealmente, essas garantias mínimas de segurança devem ser estabelecidas de acordo com um nível de consumo padrão – suficiente para a manutenção do uso de gás natural necessário (cocção e aquecimento de água) (LUCIANI, 2004).

Ressalta-se, ainda, o fato de que em mercados onde se pretende estimular a concorrência, como o brasileiro, o problema da segurança do abastecimento tende a ser considerado como de menor importância pelos agentes privados diretamente inseridos na indústria de gás natural. Isso porque, eventos com baixa probabilidade de ocorrência (interrupção de fornecimento) não são devidamente valorados pelo próprio mercado, enquanto, de outro modo, a preocupação com a segurança do sistema era tratada de forma unificada pelo monopolista legal e o governo que o apoiava (Weisser, 2007). Nesse sentido, a presença do poder público permanece sendo imprescindível como forma de supervisionar ou coordenar esforços para que condições mínimas de segurança de abastecimento sejam atendidas.

Pode-se reconhecer entre os riscos envolvidos na atividade de gás natural no Brasil, principalmente, os de: (i) dependência de importação; (ii) dependência de trânsito; e (iii) dependência da instalação (STERN, 2002).

É possível obter-se uma dimensão da dependência de importação através do Gráfico 1, onde observa-se que, para dados de dezembro de 2006, cerca de metade da oferta disponível de gás natural no Brasil é proveniente de importações, sendo sua maior parte escoada através do GASBOL, em atendimento sobretudo ao mercado industrial de São Paulo.

A dependência de trânsito relaciona-se com o fato de que o abastecimento de gás natural no Brasil depende de uma malha de gasodutos ainda incipiente, dispondo de pouca capacidade ociosa, o que reduz os graus de liberdade de operação destas instalações de transporte no atendimento de demandas localizadas e extraordinárias.

Já no que diz respeito à dependência da instalação, vale mencionar a pouca flexibilidade das atuais redes de gasodutos, onde o rompimento ou interrupção de um elo da cadeia gera grandes impactos sobre todo o sistema, carente das necessárias medidas de segurança que visam mitigar tais ocorrências (STERN, 2002).

Em razão do exposto, as condições para um sistema intrinsecamente mais seguro passam pelo estabelecimento de uma rede bem interconectada, abastecida tanto por fontes internas (auto-abastecimento), quanto por fontes externas

(importação), estáveis e com alternativas de transporte diversificadas (gasodutos, gás natural liquefeito – GNL e gás natural comprimido – GNC).

III – O Desafio do Gás e as Relações Político-Institucionais Sul-Americanas

Juntamente com a evolução e as perspectivas de crescimento expostas na primeira seção, tanto do lado da demanda, quanto do lado da oferta, há que se considerar o aspecto da volatilidade de preços, que exerce uma importante influência sobre a condução da política energética para o setor de gás. O contexto internacional de preços crescentes para os combustíveis abre a oportunidade e necessidade de formulação de políticas que garantam um abastecimento seguro e abundante de gás natural, a fim de impedir que a energia se transforme em um gargalo ao crescimento do país.

No entanto, como uma barreira que se ergue ao avanço das políticas direcionadas à garantia de abastecimento com base em relações bilaterais entre os países sul-americanos, a atual instabilidade político-institucional nestes países adiciona elevado grau de incerteza acerca do aprofundamento da dependência externa de gás natural, o que, por sua vez, não apenas levanta a questão de se ter a diversificação das fontes de suprimento como alvo, a fim de evitar que a dependência se transforme em vulnerabilidade energética (PINTO Jr., 2006), mas também e em menor medida – posto que vale apenas para alguns países – engendra o debate sobre se o melhor caminho seria uma política voltada ao auto-abastecimento.

Isso porque, além de ser considerado um serviço público, sendo, portanto, de interesse geral da sociedade a garantia de sua oferta a preços e qualidade razoáveis, o controle sobre os recursos energéticos constitui-se fonte de poder político e econômico, o que enseja uma discussão a respeito de que tipo de arranjo organizacional irá predominar para o conjunto dos países. Ou seja, se haverá algum país na região capaz de se impor sobre os demais, exercendo seu poder através dos mecanismos de interdependência econômica e, dessa forma, com habilidade para estabelecer os princípios, normas, regras e procedimentos para a tomada de decisão, em torno dos quais convergirão as ações do restante dos países.

De fato, em que pese a liderança, ainda que instável, do Brasil no Mercosul, nenhum país sul-americano se firmou até agora como um líder regional, capaz de atuar como um motor de crescimento para os outros países, à medida que suas importações impulsionem as outras economias e seus investimentos forneçam o financiamento necessário ao crescimento. E que, ainda, através do processo de transferência de

tecnologia e difusão do conhecimento, possa contribuir com a industrialização e desenvolvimento econômico de toda a região.

IV – Ações Empreendidas Face ao Problema de Segurança do Abastecimento

Em um contexto de incerteza, como o explicitado, e de grande instabilidade por que passa a indústria gasífera é que foi concebido e está sendo implementado pela Petrobrás, o Plano de Antecipação da Produção de Gás – PLANGÁS, com o objetivo de mitigar os riscos associados ao fornecimento de gás natural da Bolívia. Esse Plano compreende uma carteira de projetos em exploração e produção, processamento e transporte de gás natural na região Sudeste do Brasil, objetivando o incremento da oferta de gás nesta região dos atuais 15 milhões de m³/dia para 40 milhões de m³/dia em 2008 e, posteriormente, 55 milhões de m³/dia em 2010. Tais volumes são provenientes do aumento de produção nas Bacias do Espírito Santo, Campos e Santos.

É importante destacar que o PLANGÁS foi inserido no Plano de Aceleração do Crescimento do Brasil – PAC, lançado pelo Governo Federal em janeiro de 2007, irá requerer, até o ano de 2010, investimentos da ordem de R\$ 171,7 bilhões da estatal brasileira de petróleo [MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2007].

Os procedimentos para a construção dos novos gasodutos que fazem parte dos projetos e mesmo a ampliação dos já existentes estão sendo realizados por meio de Concurso Público de Alocação de Capacidade – CPAC, de acordo com a Resolução ANP Nº 27/2005, a ser conduzido pelo transportador e mediante o qual, de forma geral, os agentes interessados em contratar capacidade firme de transporte manifestam seu interesse para que o transportador proceda ao projeto de expansão.

Ainda no que diz respeito ao objetivo de aumentar a oferta de gás natural no país, importa destacar a necessidade de prosseguir com as licitações de blocos exploratórios. Em que pese o cancelamento da 8ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, que contribuiu para gerar desconfiança no mercado e incertezas sobre as 'regras do jogo', é urgente que se dê continuidade aos leilões para concessões de áreas para exploração e produção.

Face, portanto, à necessidade de se reduzir tanto quanto possível os riscos de falhas no abastecimento nacional, a elaboração de um plano de contingência, mais que recomendável, torna-se essencial para minimizar os efeitos de uma eventual falha, conferindo, com isto, maior segurança àqueles que fazem uso crescente do energético.

Uma interrupção não planejada no abastecimento de gás natural traria efeitos deletérios para toda a sociedade e impactaria fortemente setores industriais, como o petroquímico, termelétrico, de vidro, cerâmica, aço, entre outros. Além disso, destacam-se pela sensibilidade à falta do energético três grupos: os consumidores domésticos, os comerciais e os provedores de serviços públicos essenciais. Na eventualidade de uma restrição ao abastecimento, surge o questionamento sobre de que forma distribuir volumes remanescentes de gás entre os grupos acima citados, de forma a minimizar os efeitos negativos desta restrição. Esta é a principal questão à qual um plano de contingência para o gás natural deve responder.

Assim é que, desde abril de 2006, o Ministério de Minas e Energia – MME está capitaneando as atividades de um grupo de trabalho multilateral cujo objetivo é a produção de um plano de contingência para o gás natural. Destacam-se, abaixo, o tratamento conferido a algumas das principais questões.

(i) Abrangência do Plano

Sendo capitaneado pelo MME, órgão do governo federal, o Plano não poderá dispor sobre questões estaduais, ou seja, as distribuidoras estão fora de seu alcance. Emerge, assim, um problema potencial, uma vez que a ação das distribuidoras é de fundamental importância para o sucesso do Plano. Na tentativa de resolver esse conflito, foram convidados a integrar o grupo de trabalho representantes dos governos estaduais que possuem alçada para legislar sobre as distribuidoras, com o que, espera-se cooperação destes entes.

(ii) Prioridade de Abastecimento

A minimização dos efeitos de uma eventual restrição ao suprimento de gás natural passa, necessariamente, pela questão da definição das prioridades de abastecimento. Este tema - árido, ressalta-se - vem sendo discutido pelo grupo de trabalho, que parece confluir para um ponto básico: consumo imperioso à própria produção do gás natural (ex.: gás natural utilizado na geração de energia elétrica, que move os compressores dos dutos de transporte), consumo residencial, de serviços públicos essenciais e de termelétricas consideradas imprescindíveis para o abastecimento elétrico. Estes terão a mais alta prioridade de abastecimento. A distribuição de eventual volume remanescente mescla-se com a questão tratada no item anterior (Abrangência do Plano). No que lhe cabe, o Plano buscará distribuir de maneira equânime, entre os Estados da Federação, o volume disponível de gás natural – considerando-se, evidentemente, a disponibilidade técnica. Definida esta dotação, cada Estado terá total

autonomia para distribuí-la entre os consumidores que julgar prioritários. Assim, ao considerar as peculiaridades regionais envolvidas no abastecimento e consumo de gás natural, o Plano, espera-se, maximizará o bem-estar social.

(iii) Liquidação Financeira e Segurança Jurídica

O Plano de Contingência pode conter em suas ações o redirecionamento transitório do fluxo de gás entre produtores, transportadores e distribuidores, o que, em alguns casos, criará relações comerciais que de outra forma não existiriam e, em outros, impedirá o atendimento integral dos contratos. Os agentes ficariam, quando da contingência, em uma posição delicada em relação à sua segurança jurídico-financeira, o que os tornaria vacilantes em suas tomadas de decisão. Para que este tipo de problema seja evitado, busca-se paramentar o Plano com um regramento preciso e consistente, que, por um lado, permita a rápida liquidação financeira das relações comerciais e, por outro, crie uma situação de exceção em relação aos contratos, no âmbito do Plano de Contingência.

Conclusão

Diante, portanto, das perspectivas de desenvolvimento dos mercados de gás natural e da crescente importância de sua penetração na matriz energética brasileira considera-se que a garantia de abastecimento adquire um valor não apenas social, à medida que atende às necessidades dos setores industriais e da classe residencial, mas também estratégico para a consolidação de uma economia forte e competitiva, melhorando sua inserção no mercado mundial.

Conforme se constatou na observação de séries históricas e previsões, o descompasso entre oferta e demanda no Brasil apresenta no curto-prazo uma tendência crescente, o que agrava o problema do suprimento e levanta a necessidade de ações pró-ativas por parte dos agentes tomadores de decisão, no sentido de se criar um ambiente seguro e atrativo aos investimentos em toda a cadeia do gás natural, em particular no segmento de transportes, melhorando a capilaridade da malha de gasodutos e, desse modo, facilitando o escoamento do energético a todo o território nacional.

Para tanto, faz-se imperiosa a formulação de políticas que visem o aperfeiçoamento do marco regulatório para a indústria de gás natural. Em primeiro lugar, agilizando a aprovação da Lei do Gás – específica do setor e ainda em fase de apreciação pelo Congresso e, em segundo lugar, fortalecendo o papel da agência reguladora, para que esta possa exercer, com independência e transparência, as

atividades que lhe são atribuídas, atuando para assegurar o máximo de bem-estar à sociedade.

Referências Bibliográficas

ANP. *Análise Preliminar da Movimentação de Gás Natural no Sistema de Transporte nas Regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste durante o Teste de Operação Simultânea das Termelétricas a Gás Natural no Período de 11 a 22 de dezembro de 2006*. Nota Técnica ANP N° 01, jan., 2007.

ANP. *Anuário Estatístico 2006*. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/conheca/anuario_2006.asp>. Acesso em: 11 dez. 2006.

BP. *Statistical Review of World Energy 2006*. Disponível em: <<http://www.bp.com>>. Acesso em: 30 out. 2006.

EPE. *Balanco Energético Nacional*. Disponível em: <<http://www.ben.epe.gov.br>>. Acesso em: 01 dez. 2006.

LUCIANI, G. *Security of Supply for Natural Gas: What is it and what is it not?* INDES Working Paper, n. 2, CEPS, Bruxelas, 2004.

PETROBRAS. *Plano de Negócios 2007-2011*. 2006. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br>>. Acesso em: 01 nov. 2006.

PINTO Jr., H. Q. *Dependência e Vulnerabilidade Energética: o caso do gás natural no Brasil*. Boletim Infopetro, IE/UFRJ, ano 7, n. 2, março/abril, 2006. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/infopetro>>. Acesso em: 09 out. 2006. STERN, J. *Security of European Natural Gas Supplies*. The Royal Institute of International Affairs, Londres, 2002.

WEISSER, H. The Security of Gas Supply - a Critical Issue for Europe? *Energy Policy*. Energy Policy, v. 35, n. 2, p. 1-5, fev., 2007.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Programa de Aceleração do Crescimento – PAC*. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/noticias/conteudo/noticias_2007/070122_pac.htm>. Acesso em: 05 mar. 2006.



V CONGRESSO BRASILEIRO DE REGULAÇÃO “Regulação e Desenvolvimento”

Ficha de Inscrição de Trabalho Técnico*
Tema: ASPECTOS INSTITUCIONAIS
Título: <b style="text-align: center;">O DESAFIO DO GÁS NATURAL – O PROBLEMA DA SEGURANÇA DO ABASTECIMENTO
Nome completo dos autores:
TATHIANY RODRIGUES MOREIRA
LUCIANO VELOSO
ANDRÉ REGRA
Autor que se propõe a apresentar o trabalho oralmente:
Nome: TATHIANY RODRIGUES MOREIRA
Profissão: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO/ ECONOMISTA
Instituição: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 65, 17º ANDAR – CENTRO RIO DE JANEIRO –RJ CEP: 200090-004
Telefone: (21) 2112-8626/ FAX : (21) 2112-8618
E-mail: tmoreira@anp.gov.br tathiany@globo.com
Palavras-chave: Oferta e Demanda de Gás Natural; Segurança do Abastecimento;
Assinatura:

*Esta ficha deverá acompanhar a inscrição do trabalho quando da sua entrega ou envio por e-mail à ABAR

**Constitui pré-requisito para a inscrição de trabalho técnico a inscrição no evento de, pelo menos, um dos autores.